

RENATO LOPES BECHO

ELEMENTOS DE DIREITO COOPERATIVO

2ª EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Becho, Renato Lopes

Elementos de direito cooperativo / Renato Lopes Becho. – 2. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-806-6

1. Cooperativas (Direito) 2. Sociedades cooperativas 3. Sociedades cooperativas – Brasil 4. Sociedades cooperativas – Leis e legislação – Brasil I. Título.

19-29203

CDU-347.726(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Sociedades cooperativas: Direito 347.726(81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO | 7 |
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| NOTA À 2ª EDIÇÃO | 21 |
| INTRODUÇÃO | 31 |
| 1. Autonomia Didática do Direito Cooperativo..... | 35 |
| 1.1. Direito e Ciência do Direito..... | 35 |
| 1.2. As divisões da Ciência do Direito | 37 |
| 1.3. Autonomia do Direito Cooperativo | 39 |
| 1.3.1. Conceito de cooperativa | 40 |
| 1.3.2. Autonomia jurídica do conceito de cooperativa | 45 |
| 1.4. O Direito Cooperativo frente ao Direito Civil e ao Direito Comercial..... | 53 |
| 1.5. A Definição de Cooperativa como Associação, Sociedade ou Entidade <i>Sui Generis</i> , Pessoa Jurídica Específica | 57 |
| 1.5.1. Sociedades, associações e fundações no Direito Civil..... | 57 |
| 1.5.1.1. O tratamento dado pelo Código Civil | 63 |
| 1.5.2. Terminologia adotada pelo Direito Comercial | 65 |
| 1.5.3. Verdadeira classificação das cooperativas | 67 |
| 1.6. A relação do Direito Cooperativo com outros jurídicos | 71 |
| 2. As cooperativas no Código Civil | 73 |
| 2.1. Introdução | 73 |
| 2.1.1. As cooperativas no Código Civil | 75 |
| 2.1.2. Cooperativa como sociedade | 78 |
| 2.1.3. Cooperativa como sociedade simples..... | 80 |
| 2.1.4. A manutenção da legislação não codificada | 83 |
| 2.2. Características da Sociedade Cooperativa no Código Civil | 83 |

| | |
|---|-----|
| I – Variabilidade ou dispensa do capital social | 84 |
| II – Número mínimo de sócios (fundadores ou remanescentes)..... | 86 |
| III – Limitação de detenção de capital..... | 94 |
| IV – Intransferibilidade das <i>quotas</i> a terceiros | 98 |
| IV.a – A transferibilidade nas sociedades civis | 98 |
| IV.b – A transferibilidade nas sociedades comerciais | 100 |
| IV.c – A intransferibilidade nas cooperativas | 102 |
| V – <i>Quorum</i> assemblear fixado nas pessoas, e não no capital representado | 103 |
| VI – Direito a um só voto..... | 106 |
| VII – Distribuição dos resultados e atribuição de juros ao capital | 108 |
| VII.a – Sobre a distribuição de resultados..... | 108 |
| VII.b – A atribuição de juros..... | 118 |
| VIII – Indivisibilidade do fundo de reserva | 119 |
| 2.3. Demais Características do Cooperativismo não abrangidas pelo legislador do Código Civil..... | 125 |
| 2.4. Responsabilidade dos sócios | 127 |
| 2.5. Denominação integrada pelo vocábulo “cooperativa” | 127 |
| 3. Aspectos Relevantes das Sociedades Cooperativas | 129 |
| 3.1. Caráter empresarial das cooperativas | 129 |
| 3.1.1. Conceito jurídico de empresa..... | 130 |
| 3.1.2. A cooperativa como empresa social..... | 135 |
| 3.2. Competitividade e eficiência da empresa cooperativa | 141 |
| 3.3. Princípio da Utilidade..... | 146 |
| 3.4. Democracia econômica..... | 147 |
| 3.5. A mutualidade no Cooperativismo | 149 |
| 3.6. Classificação de cooperativas..... | 153 |
| 3.7. As Cooperativas Sociais | 156 |
| 3.7.1. A natureza jurídica das cooperativas sociais..... | 157 |
| 3.7.2. As distinções entre as cooperativas sociais e as demais cooperativas... | 157 |
| 3.7.3. As verdadeiras cooperativas | 158 |
| 3.7.4. Do conceito internacional de cooperativa social | 158 |
| 3.8. Órgão de controle do cooperativismo..... | 159 |

| | |
|---|-----|
| 4. Atos Cooperativos, Negócios Cooperativos e Atos Não Cooperativos..... | 163 |
| 4.1. Ato Cooperativo..... | 163 |
| 4.1.1. Tipos de cooperativas | 163 |
| 4.1.2. Relações cooperativas | 164 |
| 4.1.3. A relação jurídica de usuário | 165 |
| 4.1.4. O ato cooperativo em visão dinâmica..... | 166 |
| 4.1.5. Relações não cooperativas entre as mesmas partes..... | 167 |
| 4.2. Negócios Cooperativos | 168 |
| 4.2.1. Negócios cooperativos na doutrina e legislação | 169 |
| 4.2.2. Interpretação jurídica: acessório segue o principal | 173 |
| 4.2.3. Outros tipos de negócios cooperativos..... | 173 |
| 4.2.4. Negócios-fim e negócios-meio..... | 174 |
| 4.2.5. Negócios auxiliares e negócios secundários | 176 |
| 4.2.6. Negócios cooperativos em visão dinâmica | 177 |
| 4.2.7. Exemplo para o quadro completo..... | 179 |
| 4.2.8. O princípio do não exclusivismo..... | 181 |
| 4.3. Ato Não Cooperativo | 184 |
| 4.3.1. O Ato não cooperativo: primeiras colocações | 184 |
| 4.3.2. Dispositivos legais que explicam e autorizam o ato não cooperativo... 185 | |
| 4.3.2.1. O artigo 85 da Lei nº. 5.764/71 | 185 |
| 4.3.2.2. O artigo 86 da Lei nº. 5.764/71 | 188 |
| 4.3.2.3. O artigo 88 da Lei nº. 5.764/71 | 190 |
| 4.3.3. Conclusões sobre as autorizações legais para a prática de atos não cooperativos..... | 193 |
| 4.3.4. Efeitos dos atos não cooperativos..... | 194 |
| 4.3.5. As justificativas para a realização de atos não cooperativos | 196 |
| 4.4. A contabilização dos atos e negócios cooperativos..... | 198 |
| 5. A Teoria da Responsabilidade nas Relações Cooperativas..... | 201 |
| 5.1. Primeiras Colocações, à Guisa de Introdução | 201 |
| 5.2. Dos fundamentos e dos requisitos para qualquer responsabilização | 204 |
| 5.3. A responsabilidade societária..... | 206 |
| 5.3.1. A responsabilidade societária de cooperativado | 210 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.3.2. | Responsabilidade de administrador..... | 213 |
| 5.4. | A Responsabilidade Tributária | 225 |
| 5.4.1. | Breves considerações sobre a responsabilidade tributária | 226 |
| 5.4.2. | A responsabilidade tributária no artigo 134 do CTN | 229 |
| 5.4.2.1. | O significado da “impossibilidade” | 230 |
| 5.4.2.2. | O significado da “solidariedade” | 232 |
| 5.4.2.3. | Responsabilidade em intervenções ou omissões | 233 |
| 5.4.2.4. | Exclusão dos encargos..... | 233 |
| 5.4.2.5. | A quem se aplica o artigo 134 | 234 |
| 5.4.3. | A responsabilidade tributária no artigo 135 do CTN | 234 |
| 5.4.3.1. | O significado de “pessoalmente responsáveis” | 234 |
| 5.4.3.2. | O significado de “atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos” | 235 |
| 5.4.3.3. | A quem se aplica o artigo 135 do CTN | 240 |
| 5.4.4. | A responsabilidade tributária de cooperativado | 242 |
| 5.4.5. | A responsabilidade tributária de administrador de cooperativa.. | 245 |
| 5.4.6. | A responsabilidade tributária por falsas cooperativas | 247 |
| 5.5. | A responsabilidade do Estado por danos às cooperativas..... | 252 |
| 5.5.1. | Teoria do Abuso de Direito | 254 |
| 5.5.2. | Eventuais abusos por parte de agentes públicos..... | 256 |
| 6. | A Participação das Cooperativas em Licitações..... | 259 |
| 6.1. | Das Relações entre as Cooperativas e o Estado..... | 259 |
| 6.2. | Breves Notas sobre a Licitação Pública | 261 |
| 6.3. | Posições Conflitantes quanto à Participação das Cooperativas em Licitações Públicas..... | 261 |
| 6.4. | Princípios Regedores da Licitação | 262 |
| 6.4.1. | Igualdade na licitação | 264 |
| 6.5. | Requisitos para a Participação em Licitações: capacidade técnica, financeira e jurídica | 267 |
| 6.6. | As Cooperativas e as Licitações | 268 |
| 6.6.1. | Críticas à participação das cooperativas em licitações públicas, bem como à sua contratação pelo Estado | 269 |
| 6.6.1.1. | Interesses conflitantes entre o Estado e as cooperativas... | 270 |
| 6.6.1.2. | Isonomia e isenções para as cooperativas..... | 271 |

| | |
|--|-----|
| 6.6.1.3. Impossibilidade de habilitação e contratação | 273 |
| 6.6.1.4. Eventual sonegação de direitos e tributos | 275 |
| 6.6.2. A influência dos diversos tipos de cooperativas e seus contratos com a Administração Pública | 276 |
| 6.6.2.1. Como atos cooperativos <i>lato sensu</i> | 277 |
| 6.6.2.2. Como atos não cooperativos | 278 |
| 6.7. Efeitos Tributários da Participação das Cooperativas em Licitações | 280 |
| 6.8. Conclusão | 283 |
| POSFÁCIO | 285 |
| BIBLIOGRAFIA | 289 |